

A Formação do Professor para o Ensino de 1º e 2º Graus em Sergipe

Pesquisadores: Miguel André Berger e Maria Lúcia S. R. Berger

Instituição: Fundação Universidade Federal de Sergipe

Fonte Financiadora: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
Educaionais (INEP)

Uma das características mar- brasileiro é seu caráter seletivo e a
antes do sistema educacional exclusão das camadas populares,

sendo que um dos fatores explicativos é a formação inadequada do professor (Mello, 1982; Cunha, 1975).

Remontando à evolução histórica do sistema educacional, verifica-se que este aspecto sempre foi escamoteado, tendo em vista resguardar os interesses das camadas detentoras do poder. Iniciando-se em 1549 a colonização do Brasil, somente em 1830 é que se inicia a criação das primeiras escolas normais (idéia transplantada do sistema francês), as quais tiveram existência efêmera.

A primeira Escola Normal do Brasil foi criada e instalada em 1835 na cidade de Niterói (Rio de Janeiro) e extinta em 1849. Em Sergipe, a situação do ensino era muito precária e desvalorizada, estando nas mãos de professores leigos, sendo que muitos eram destituídos dos cargos por problemas inerentes à política dos coronéis. O Ensino Normal foi objeto de várias tentativas fracassadas de implantação, desde 1838, sendo instituído depois pelo Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província, que organizava o ensino público —

Decreto nº 24, de 24 de outubro de 1870, elaborado por Manuel Luiz Azevedo d'Araújo. A primeira Escola Normal tinha a duração de dois anos e destinava-se à clientela masculina, não obtendo muita receptividade somente em 1877, foi criada a Escola Normal feminina, sendo que ambas funcionavam em prédios diferentes, podendo-se notar, nesta época, a desvalorização e a discriminação que se fazia quanto à função do professor e ao sexo.

A crise econômica e financeira por que passava a província em 1877, advinda da grande seca que assolava o nordeste, e a queda da expansão do açúcar motivaram o governo da província a fazer um corte nos gastos públicos, repercutindo no fechamento das escolas em 1879.

O Curso Normal só volta a ser implantado em Aracaju, agora em caráter definitivo, em 1881, sendo que durante a Primeira República foi objeto de constantes mudanças em sua estrutura e duração, em alguns momentos específica para cada sexo e, em outros, mista, devido aos interesses dos governantes que

ocupavam o poder durante curto período de tempo.

O currículo era constantemente alterado, sendo as disciplinas principais: Gramática, Geografia e História de Sergipe e do Brasil, Pedagogia, Caligrafia e Matemática, com predominância do ensino humanístico. O curso estava muito mais voltado para a preparação da mulher para o matrimônio do que para o magistério, o que fica evidenciado no currículo onde se encontravam as disciplinas: Trabalhos Domésticos, Costura, Corte e Economia Doméstica. Isso ocorria porque na época considerava-se esta carreira como um prolongamento do lado materno da mulher.

O Curso Normal sofre outra extinção em 1898, sem qualquer justificativa, sendo novamente criado em 1899, dando ao concluinte maiores prerrogativas. Este passa a ser mais procurado pelas jovens da classe média de Aracaju, diante dos dispositivos legais que valorizavam o elemento habilitado para prover as cadeiras do ensino primário e da Escola Normal, bem como de ocupar qualquer emprego

de primeira entrância nas repartições estaduais.

É o governo de Graccho Cardoso que a partir de 1926 reestrutura o Curso Normal, com o intuito de proporcionar ao professor o preparo suficiente para ministrar o ensino das primeiras letras, bem como dá a denominação de Escola Normal Rui Barbosa, que se constitui o principal estabelecimento do estado, recebendo jovens da capital e dos vários municípios do interior. Este governo cria medidas para estimular o ensino profissionalizante em Sergipe, dando margem ao surgimento de Cursos Normais no interior do estado (Capela, Própria, Lagarto), sob a responsabilidade principalmente das instituições religiosas, o que pôde se constituir numa segunda etapa do processo de formação do professor. Tais escolas atendiam às moças das famílias mais privilegiadas do município e de municípios circunvizinhos, funcionando às vezes em regime de internato, preparando-as para o matrimônio ou então, para o magistério, tendo um papel atuante na formação de professores dos anos 30 até 70. O curso continuou

muito teórico, com conteúdos cada vez mais distantes da realidade do ensino primário, preparando o professor para trabalhar com o aluno da elite, enquanto o das camadas populares, que começava a ter acesso à escola a partir da década de 50, era esquecido. O magistério era considerado como uma profissão "digna, socialmente falando, que requeria vocação, abnegação e carinho" para trabalhar com as crianças. Era uma profissão na qual o salário pouco ou nada contava, uma vez que ser professora era quase uma extensão do lar, segundo Pimenta (1990).

A Lei de Diretrizes e Bases, promulgada em 1971, pouca alteração trouxe para o Curso Normal, contribuindo mais para sua descaracterização, segundo atestam vários autores e educadores. Isto se reflete no esvaziamento de conteúdos, não respondendo nem à formação geral adequada nem à pedagógica, de forma consistente; na aglomeração das disciplinas de fundamentação; na realização da Prática de Ensino sob a forma de estágio supervisionado no último ano, simultaneamente ao desenvolvimento de disciplinas que a

embasem; na fixação de disciplinas que não oferecem nenhum embasamento para o professor atuar junto às séries iniciais, além de outros aspectos. A possibilidade de diferenciação curricular por estado e por escola é uma inovação pouco utilizada.

Em Sergipe, a terceira etapa na história do ensino normal caracteriza-se pela proliferação de cursos que oferecem a habilitação em Magistério no estado, principalmente no interior, por não exigir grandes investimentos para sua implantação. Em 1978 existiam 49 unidades escolares que ofereciam o ensino profissionalizante, das quais 20 ofereciam habilitação em Magistério, sendo que quatro localizadas na capital. Em 1984 houve um aumento do número de cursos profissionalizantes, principalmente na área do magistério e na rede particular, devido à atuação da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC); isso contribuiu para o fechamento de muitos cursos que vinham sendo mantidos pelas tradicionais instituições religiosas.

Na maioria dos municípios sergipanos a CNEC já mantinha cursos com as quatro séries finais

do ensino de 1º grau no período noturno, e começou a instalar cursos de 2º grau com a pretensão de atender à clientela, como se depreende da justificativa que consta no processo de autorização de várias dessas escolas:

"Pouco a pouco, a humanidade vai descobrindo que o maior legado que pode haver é a Educação. Por isso, as pessoas humildes, dos rincões mais afastados, sentem a necessidade de deixar para seus filhos uma herança que seja duradoura, que não acabe. Daí, os constantes apelos que fazem à CNEC. Assim aconteceu em (...) Resolveram, através de sua autoridade constituída, o Prefeito Municipal, recorrer à Campanha que, mais uma vez se mobiliza para atender aos rogos dos pais e dos alunos do referido município..." (Nunes, 1984).

A estrutura curricular dos cursos é idêntica em todas as escolas cenevistas um primeiro ano básico, comum a todas as habilitações de 2º grau, e nos dois anos seguintes as disciplinas fundamentais para a

formação profissional, o que não garante ao futuro professor uma formação sólida e duradoura; além disso, as escolas, em sua maioria, contam com um corpo docente egresso do 2º grau, com pouca experiência no campo do magistério e condições deficientes de funcionamento (não têm equipe técnica nem biblioteca).

Em muitos casos, o curso da CNEC funciona em estabelecimentos de rede estadual ou municipal, sendo que mesmo declarando isenção da anuidade escolar, os alunos têm de pagar uma contribuição. Os professores leigos atuantes nas escolas municipais do meio rural não têm, contudo, qualquer condição de frequentar esses cursos.

Analisando a conjuntura estadual, verifica-se que interesses políticos motivaram a proliferação desses cursos, como uma forma de conquistar votos da população dos municípios do interior do estado, num momento em que determinados elementos exerciam cargos administrativos na CNEC, bem como atuavam nos órgãos normativos da educação do estado.

Tendo atendido a seus interesses, verifica-se, a partir de 1985, culminando em 1991, a desativação de vários cursos de habilitação em Magistério mantidos pela CNEC. Dos 27 municípios em que a Campanha vinha mantendo cursos de 2º grau, 8 tiveram seus cursos desativados, sendo que em muitos outros, para não serem definitivamente extintos, os cursos passaram para a rede municipal. Estas colocações permitem constatar que a criação e o funcionamento dos cursos de formação de professor para o ensino de 1º grau estão atrelados a interesses alheios à educação, bem como são um desvio de responsabilidade por parte dos poderes estadual e municipal (o primeiro, por não assumir essa tarefa, e, o outro, que vem assumindo tais cursos para satisfazer as promessas feitas em palanques, ao invés de investir no ensino de 1º grau).

Experiências de currículos com características inovadoras em termos da formação do professor para as séries iniciais do 1º grau vêm surgindo, apesar de estarem limitadas à capital, em escolas da rede

estadual. Estas, buscam articular a teoria à prática; a prática perpassa todo o curso e as disciplinas sobre Educação Pré-Escolar e Alfabetização são oferecidas para dar maior embasamento ao profissional que atuará junto às classes de alfabetização.

No presente projeto de pesquisa pretende-se analisar a prática pedagógica de escolas que desenvolvem currículos considerados tradicionais ou inovadores.

Referências bibliográficas

- CUNHA, Luis Antonio. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- MELLO, Guiomar Namó de. *Magistério de primeiro grau: da competência técnica ao compromisso político*. São Paulo: Cortez, 1982.
- NUNES, Maria Thetis. *História da educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Governo de Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 1984.
- PIMENTA, Selma Garrido, GONÇALVES, Carlos Luis. *Reverendo o ensino de 2º grau: propondo a formação de professores*. São Paulo: Cortez, 1990.